pelos mares da **língua portuguesa 3**

EDS.
ANTÓNIO MANUEL FERREIRA
CARLOS MORAIS
MARIA FERNANDA BRASETE
ROSA LÍDIA COIMBRA

universidade de aveiro theoria poiesis praxis

FICHA TÉCNICA

TÍTULO
Pelos mares da língua portuguesa 3

EDITORES
António Manuel Ferreira
Carlos Morais
Maria Fernanda Brasete
Rosa Lídia Coimbra

CONCEÇÃO GRÁFICA
Clássica

CAPA
Capa desenhada a partir de imagem criada por Álvaro Sousa

PAGINAÇÃO
Clássica Artes Gráficas · Porto

EDIÇÃO
UA Editora
Universidade de Aveiro
Serviços de Biblioteca, Informação Documental e Museologia

EDIÇÃO
1ª edição – setembro 2017

ISBN
978-972-789-514-4

APOIOS

Variação, diversidade e contacto interlinguístico no *corpus* do Dicionário Histórico do Português do Brasil (séculos XVI a XVIII)

Maria Filomena Gonçalves
Universidade de Évora/ECS/DLL
CIDEHUS-UE/FCT*

1. Apresentação

A Maria Tereza Biderman,
in memoriam

A Clotilde de A. A. Murakawa,
ex abundantia cordis

O *Dicionário Histórico do Português do Brasil (sécs. XVI-XVIII) – DHPB* é um projeto desenvolvido no Laboratório de Lexicografia da Universidade Estadual Paulista (Araraquara, FCL, São Paulo, Brasil). Concebido por Maria Tereza Biderman, este projeto recebeu financiamento do CNPq, Programa Institutos do Milénio, e contou com a participação de pesquisadores brasileiros e portugueses. Após o falecimento da Prof.ª Biderman, em 2008, o projeto passou a ser coordenado por Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa, também da UNESP, que o conduziu a bom porto.

Tinha-se em vista a elaboração de um Dicionário Histórico que, a partir de um *corpus* textual elaborado para o efeito, recolhesse as unidades lexicais mais frequentes em documentos do período colonial, desde 1500, data da Carta de Pêro Vaz de Caminha, até 1808, ano da chegada da corte portuguesa ao Brasil, revelando os significados das palavras selecionadas em função da sua frequência – substantivos, adjetivos e verbos – nos seus contextos de ocorrência, e, ainda, as expressões sintagmáticas em que figuram essas palavras.

* Projeto UID/HIS/00057/2013.

Com este propósito, foi constituído o chamado *Banco de Textos I*[1] que reúne documentos descritivos do Brasil e representativos dos mais diversos géneros textuais e discursivos, num recorte de três séculos da língua portuguesa. Os textos inseridos no *corpus* versam os mais variados aspetos do Brasil colónia: geografia, desbravamento do território, fauna, flora, tribos indígenas e seus costumes, administração, navegação, agricultura, comércio, pesca, medicina, farmacopeia, etc.

Graças à aplicação de vários recursos informáticos – em especial o programa *Philologic (1.1)*[2] – é possível a pesquisa automática num *corpus* com sete milhões e meio de ocorrências, resultantes da digitalização de cerca de 24.000 páginas. Além de impressos, o *Banco de Textos* inclui variadíssimos documentos manuscritos, recolhidos e transcritos por membros da equipa do DHPB em vários arquivos e bibliotecas do Brasil e de Portugal. Devido a compromissos com a agência financiadora do Dicionário Histórico, este Banco só estará acessível ao público após a publicação do Dicionário, o que virá a acontecer em breve. Por enquanto, apenas os investigadores da equipa podem aceder ao *corpus*, mas certamente a sua abertura, ainda que controlada mediante registo prévio dos consulentes, irá traduzir-se numa enorme mais-valia para a investigação de um período crucial para a história da língua portuguesa em geral, e não apenas para a do léxico, conquanto este estivesse no cerne do projeto.

2. Variedade/variação e contacto interlinguístico no *Banco de Textos* do DHPB

Dadas as características do *corpus* em apreço, é claro que este não podia deixar de contemplar inúmeros exemplos de variação e de contacto interlinguístico, incluindo dados relevantes quer para o estudo da diversidade linguística com a qual os portugueses se confrontaram em terras de Vera Cruz, quer para a compreensão do modo como a língua portuguesa se foi aclimatando a esse novo mundo. Estes aspetos constituem, precisamente, o escopo deste trabalho e deles se oferecerá a seguir uma ilustração para deste modo se aquilatar o valor do *corpus* em que assenta o DHPB.

---

[1] No decurso do projeto foi criado o *Banco de Textos II* que reúne documentos destinados a engrossar a massa textual do *Banco I,* principalmente no tocante aos séculos XVI e XVII. Contudo, o prazo de execução do projeto não permitiu que esse acervo textual fosse preparado a tempo de ainda integrar o *Banco I* e de assim contribuir para a redação dos verbetes do DHPB.

[2] Até integrarem o Banco, todos os documentos passaram por vários processos de molde a serem convertidos em texto legível e pesquisável pela máquina: OCR (*Optical Character Recognition*); *Abbyy Fine Reader*, resolução de 300 DPI (pontos por polegada); *Tagged Image File Format* – TIFF. O *Philologic* é um sistema de processamento de *corpus* criado na Universidade de Chicago.

Tal como referido antes, os documentos reunidos no Banco textual preenchem um arco cronológico que vai de 1500 a 1808, e deles sobressaem, logo desde a Carta de Caminha, muitas manifestações do deslumbramento dos portugueses não só perante a natureza luxuriante da terra de Vera Cruz – descrita como um verdadeiro "paraíso terrenal" – mas também perante o aspeto físico e os costumes dos "gentios" (nome pelo qual então eram conhecidos os povos indígenas). Por isso, não é surpreendente que a fauna e a flora, por um lado, e os povos nativos e outras realidades desconhecidas, por outro, tenham motivado vários exercícios linguísticos, que vão do processo de "nomeação" – isto é, a atribuição de um nome – até à "definição" dos nomes (Porto Dapena, 2002, pp. 277-278), seja esta "extralinguística", vale dizer, descritiva ou "enciclopédica" (aquela em que se descreve a "coisa" do mundo real, não o signo linguístico)[3], seja por identificação de um "género próximo" – arquilexema ou hiperónimo – e de uma "diferença específica" (traço distintivo em relação ao hiperónimo). Ora, estes procedimentos, que se registam igualmente em antigas ortografias e em obras afins destas (Gonçalves, 1996, 2003, 2012; Gonçalves & Murakawa, 2009), assemelham-se às práticas lexicográficas e, nesse sentido, constituem exercícios de natureza paralexicográfica (Verdelho, 1995, p. 225).

No contexto de uma narrativa/descrição de realidades novas, nunca antes vistas, a necessidade de pintar referentes exóticos (não-europeus) perante olhos europeus confronta-se com as dificuldades intrínsecas às "operações de "nomear" e "definir" (Grenand, 1995), as quais, por acionarem toda a criatividade inerente a uma língua natural, são bem mais complexas do que pode parecer à primeira vista: "dizer o que é" e "atribuir um nome" às características físicas/propriedades do referente exótico, recorrendo aos cinco sentidos humanos (Gonçalves & Murakawa, 2009); estabelecer símiles e comparações; metaforizar para definir; tecer uma rede de equivalências/correspondências intralinguísticas (no português) ou interlinguísticas (entre a língua conhecida – portuguesa – e as línguas desconhecidas – indígenas).

No processo de "aclimatação" ao ambiente brasileiro, não raro palavras totalmente portuguesas adquiriram uma aceção tão específica que passa a integrar um domínio terminológico. Da criação de novas aceções e da "terminocriatividade" a elas associadas tem-se boa ilustração em duas unidades lexicais: por um lado, o nome derivado "melaço" (der. de mel + sufixo –aço 'líquido viscoso como o mel'), palavra que, no contexto da laboração dos engenhos brasileiros, denominava o "mel do qual não se extrai mais açúcar"; por sua vez, o composto

[3] Isto explica que, na teoria lexicográfica, se distinga o "dicionário de palavras" do chamado "dicionário de "coisas", sendo que, à partida, num predominarão definições linguísticas e, no outro, definições extralinguísticas.

"mel de tanque" dá nome ao "mel da depuração do assucar, que se esgota das formas" e, segundo Houaiss (2001), é um regionalismo nordestino equivalente de "mel de engenho". É claro que a correspondência entre "melaço" e "mel de tanque" é de natureza intralinguística, uma vez que todas as unidades lexicais envolvidas são da mesma língua: a portuguesa.

Vejam-se os seguintes exemplos[4]:

(1) LUIS GOMES FERREIRA (1735), *DA MISCELLANIA DE VARIOS REMEDIOS, AſſIM EXPERIMENTADOS, E INVENTADOS PELO AUTOR, COMO EſCOLHIDOS DE VARIOS PARA DIVERſAS ENFERMIDADES.*

[…] O **mel de tanque** aſſima he o que eſtilaõ as formas do aſſucar. […]

(2) CAETANO DA COSTA…*110 - CANA-DE-AÇÚCAR* (1750)

Deste **melaço** se faz também *cachaça, ou *aguardente, que esta é a que verdadeiramente é cachaça. **Deste melaço — que cá** [isto é, no Brasil] **o seu nome é *mel de tanque — se** curam os tersóis [?] com outras misturas, mas o mel de tanque é o principal, e muita gente tem sarado.

Diferentes são os casos de equivalência interlinguística, como se pode observar no exemplo relativo a "piracuara", palavra tupi cujo significado é traduzido para português:

(3) JOSÉ VIEIRA COUTO. *ITINERARIO DE VILLA RICA ATÉ AO…* [1801].

Este nome de Piracuára em **lingua da terra, quer dizer na nossa buraco ou cova de peixe**.

No *corpus* do DHPB, a variante "piraquara" fica atestada em documento de 1701, o que permite rever a datação oferecida em Houaiss (2001) que, baseado no Dicionário de Cândido de Figueiredo, situa a primeira datação 1899.

Perante a impossibilidade de encontrar, na língua portuguesa, o equivalente de um nome indígena, tão desconhecido quanto a "coisa" por ele nomeada, a solução passava por compará-lo a algum referente bem conhecido dos portugueses. Assim, por exemplo, a "macaxeira" – nome tupi que denomina uma raiz (a mandioca) – é descrita por referência à castanha portuguesa, já que o sabor daquela seria semelhante ao desta. Na verdade, basta um só traço para aproximar referentes distintos, pelo que o processo de nomear algo numa língua estranha desencadeia um exercício descritivo com os recursos da própria língua materna.

[4] Todos os exemplos transcritos apresentam a grafia existente no Banco de Textos. O mesmo não acontece com o negrito, que foi acrescentado como realce das palavras e expressões em apreço em cada exemplo.

(4) AMBRÓSIO FERNANDES… . *DIÁLOGO QUARTO - MANTIMENTOS,…* (1618)

BRANDÔNIO Pois também vos direi mais, que tambem a raiz, antes de se fazer o benefício que tenho dito, é veneno, e mata a quem a come, exceto uma sorte de semelhante raiz a que chamam **macaxeira**, porque esta tal se come assada e cozida, **com ter o sabor das castanhas da nossa terra**.

"Macaxeira" (e a variante "macaxera") é o nome de uma variedade de mandioca[5] (*mandioca-doce* e *mandioca-mansa*; Houaiss, 2001) no Norte e no Nordeste do Brasil, onde também se conhece como "aipi", de origem tupi, e em outras regiões, como no Rio de Janeiro, com a variante "aipim"[6]. Trata-se, sem dúvida, de um exemplo valioso para o estudo da variação dialetal do português do Brasil, uma vez que "macaxeira" e "aipi" são hoje unidades lexicais marcadas como "regionalismo", ao passo que "mandioca" tem carácter geral. Ora, num futuro próximo, o cruzamento dos dados extraídos do *corpus* do DHPB com os recolhidos no âmbito do projeto *Atlas Linguístico Brasileiro* contribuirá para uma mais completa dialetologia histórica do Português do Brasil. Por outro lado, tal como acima se adiantou, o *corpus* do DHPB poderá igualmente contribuir para a revisão de muitas datações historicamente desfasadas, em linha com as correções que, graças ao DHPB, entretanto estão a ser introduzidas no Dicionário Houaiss.

Os registos da variação diatópica são tão variados quanto os exemplos de "definição descritiva". Identificar uma realidade nova, indicar o nome na língua local e, se possível, encontrar um equivalente em língua portuguesa ou, na falta deste, descrever o referente em todas ou algumas das suas características físicas são, com efeito, práticas amplamente atestadas num *corpus* representativo de três séculos de história e de contacto interlinguístico.

Desse jogo de aproximações e contrastes entre a língua do outro e a "nossa", vejam-se ainda dois trechos do missionário alentejano Fernão Cardim (5, 6) e mais outros três: um, de Ambrósio Fernandes Brandão (7), e dois, de Caetano da Costa Matoso (8, 9):

(5) PADRE FERNÃO CARDIM. *III* - ***INFORMAÇÃO DA MISSÃO DO…*** **(1583)**

Tem alguns coqueiros, e uma arvore que chamam cuieira que não dá mais do que cabaças, é fresca e muito para ver.

---

[5] De acordo com Houaiss (2001), o tupinismo "mandioca" teria uma primeira atestação em 1549, num texto do Pe. Manuel da Nóbrega, datação confirmada por Noll (2010, p. 67), com base num documento de Hans Staden.

[6] "Aipi" regista-se em texto de Fernão Cardim, de 1584; por sua vez, "aipim" está atestado desde 1576, num texto de Pero de Magalhães de Gândavo. Noll (2010, p. 73) localiza-o igualmente em texto de Jean de Léry (1578).

(6) PADRE FERNÃO CARDIM. *III - INFORMAÇÃO DA MISSÃO DO…* (1583)

As mãis os trazem em uns pedaços de rêdes, a que **chamam typoia**.

(7) AMBRÓSIO FERNANDES BRANDÃO (1966) [1618], *DIÁLOGO QUARTO - MANTIMENTOS, TINTAS, HORTALIÇAS, FRUTAS, LÃS, LEGUMES* […].

BRANDÔNIO. Pois ainda se fazem mais transformações dela, a qual é que, depois da mandioca estar podre na água, pelo modo que tenho mostrado, porque a que está desta maneira se chama **mandioca puba**, lhe tiram a casca e a põem no fumeiro, donde, depois de estar curada e sêca, se chama carimã e se faz dela uma excelente farinha, de que se fazem umas papas em caldo de galinha e de peixe, e também com açúcar, as quais são de maravilhoso gôsto e de muito nutrimento […].

(8) CAETANO DA COSTA MATOSO… *ENGENHO DE AÇÚCAR E…* (1749)

A **mandioca puba** é aquela que eu digo que botada no *tijuco amolece ou apodrece, que quando está mole tem um cheiro que parece está podre, **e por isso lhe chamam pela *língua da terra mandioca puba;** é boa.

(9) CAETANO DA COSTA MATOSO…*NOTÍCIAS DAS TAQUARAS, DOS…*(1749)

[…] depois que tiver nascido o grelho seca-se ao sol, e depois de seco vai ao *pilão e peneira-se, e o *fubá que sai bota-se em um tacho com água a ferver, e depois de cozido coa-se e botam em um *barril até tomar seu azedume para melhor gustarem; **este vinho na sua língua se chama aluá.**

Na verdade, a "cuieira" ʻplanta de que dá as cuiasʼ é um exemplo de derivado misto, pois à base tupi "cuia" ʻvasilha de forma semiesférica, de diversos tamanhos, feita da fruta da cuieiraʼ (Houaiss, 2001) se acrescentou um sufixo português "-eira", muito produtivo em nomes de árvores. Como muitos outros casos, este prova que o contacto interlinguístico deu frutos muito cedo, uma vez que "cuieira" está documentado pelo menos desde 1583. Também de origem tupi, o nome "tipoia", ʻespécie de rede com que as indígenas mantinham os filhos às costas ou escanchados nos quadrisʼ, é hoje, segundo Houaiss (2001), um diacronismo brasileiro, pois a aceção corrente da palavra, a partir de meados do século XVIII, será "rede de dormir" ou "rede destinada ao transporte de pessoas". Por sua vez, "puba" ʻmole, macioʼ, que Houaiss (2001), baseado em A. G. Cunha, atribui ao tupi, designa uma "massa de mandioca fermentada". Neste caso, além da

atestação seiscentista de uma palavra de origem tupi, importa realçar que o *corpus* do DHPB permite uma significativa retrodatação em relação a 1836, data apontada no Dicionário Houaiss que, na verdade, repete a datação de Solano Constâncio, o que corrobora, como salientado atrás, o valor deste *corpus* no tocante à datação e à retrodatação de muitas unidades lexicais. Por último, "aluá" 'bebida refrigerante feita de farinha de arroz (ou de milho) ou de cascas de frutas' (Houaiss, 2001) é outra demonstração da variedade de contactos interlinguísticos ocorridos em terras de Vera Cruz, porquanto aquela palavra tem origem no quimbundo[7]. A sua atestação no *corpus*[8], junto com muitas outras unidades com a mesma origem, revela o alcance da influência africana no léxico brasileiro (Petter, 2002, 2006). Mas a presença da diversidade linguística neste *corpus* traduz-se igualmente nas muitas referências à "linguagem" e às "línguas", sinal de que, no contexto da colonização, a "comunicação" entre aloglotas se revestia de enorme importância.

2.1. Linguagem /Língua, Línguas

No *corpus* do *Dicionário Histórico do Português do Brasil* abundam as ocorrências das palavras "linguagem" e "língua", delas se extraindo elementos preciosos acerca do modo como os portugueses viam os contactos interlinguísticos a que assistiam e nos quais participavam. Assim, entre as numerosas ocorrências da palavra "língua" detetam-se muitas em que esta unidade tem a aceção de "intérprete", "tradutor", isto é, a "pessoa que atua como intermediária entre indivíduos que não falam a mesma língua" (Houaiss, 2001). Se é verdade que esta aceção de "língua" estava já registada desde o século XV, não é menos verdade ela está amplamente documentada no *corpus* do DHPB, visto contar com mais de 100 registos (só no singular). Dentre essas ocorrências, merecem realce casos em que o redator acrescenta informações ou juízos sobre "o língua", vale dizer, o "intérprete". Embora as mais das vezes este fosse um nativo que tinha trato com os portugueses, também alguns brancos exerciam como intérpretes, conforme se conclui do exemplo (10), extraído de um *Diário de Navegação de Pêro Lopes de Sousa:*

(10) PÊRO LOPES DE SOUSA. *DIÁRIO DA NAVEGAÇÃO DE PÊRO…* (1530)

Desta ilha ao norte duas léguas se faz um rio mui grande; na terra firme, na barra de prea-mar, tem três braças e dentro oito, nove braças. Por este rio arriba

[7] A primeira gramática desta língua africana, curiosamente (ou talvez não), foi escrita no Brasil em 1697, pelo jesuíta Pedro Dias. Ver Rosa (2013).

[8] Em Houaiss (2001), a datação é bem anterior – 1578 – o que revela a antiguidade da influência africana.

mandou o capitam I. um bargantim, e a Pedro Anes Piloto, que era **língua da terra**, que **fosse haver fala dos índios**.

A pesquisa no *corpus* permitiu a extração de várias referências à língua portuguesa e ao modo esta como era aprendida pelos indígenas e, inversamente, como os portugueses, em particular os missionários, aprendiam o tupi ou a língua geral num "quadro de intercomunicação mais geral porque implicava a população na vida quotidiana e a abrangia todo o leque familiar (…)" (Verdelho, 2008, p. 20).

Por outro lado, a busca revelou igualmente diversas referências a outras línguas nativas, distintas do tupi (tupinambá) e, bem assim, a línguas europeias que, por vezes, são aduzidas como elemento de comparação com as línguas "exóticas". Dados como estes traduzem a perceção que então se tinha da diversidade linguística no Brasil e do multilinguismo que, em boa verdade, continua a caracterizar aquele país até aos nossos dias.

Veja-se em (11) a referência à profusão de línguas americanas (mais de mil, na opinião do redator), entre elas o guarani, e, em (12), a alusão à aprendizagem, em território brasileiro, não apenas do português mas também do castelhano.

(11) PE. JOÃO DANIEL (1976) [**1757**], *PARTE SEGUNDA - CAP. 16.º - NOTÍCIA DE ALGUMAS NAÇÕES EM PARTICULAR*.

Além dos nomes, com que se distinguem no mundo umas das outras as diversas nações, que o compõem, e de que ele está povoado; também se diferençam nas língoas: e posto que já houve quem dividiu as diversas lingoagens em 62, **a mim me parece, que só as da América passam de 1.000**; e não é qualquer diversidade, a que as distingue, ũas das outras, mas tem tanta, como tem v. g. a francesa da italiana, e a espanhola da alemã. Verdade é, que há algumas mais geraes, pelas quaes se comunicam ũas nações com outras, como são a língoa inca no destricto dos castelhanos, e a topinambá no estado dos portugueses. E assim no Paraguai há outra geral, **guarani**; em Chile, e outros reinos, outras.

(12) PADRE FERNÃO CARDIM. *III - INFORMAÇÃO DA MISSÃO DO…* (1583)

Debaixo da ramada se representou pelos indios um dialogo pastoril, em **língua brasilica, portugueza e castelhana, e têm elles muita graça em fallar linguas peregrinas, maximé a castelhana**.

Em (12), saliente-se a menção ao modo particular como os indígenas falavam o português e o castelhano, o que decerto se devia à interferência da língua materna dos aprendentes. Com efeito, a necessidade de descrever a diversidade de línguas e as diferenças entre elas leva os redatores a recorrerem à comparação com idiomas que conheciam melhor – europeus –, consoante mostra o exemplo

(13), extraído de uma Carta de António Vieira ao seu Provincial e na qual o Padre sublinha a existência, em território brasileiro, de línguas de famílias tão distintas quanto o eram o alemão (língua germânica) e o espanhol (língua românica).

(13) ANTÓNIO VIEIRA. *CARTA LXVI - AO PADRE PROVINCIAL…* (1654)
[…] porque indo depois ao Pará soube que os não mataram senão na ilha chamada dos Joanes, **a qual está atravessada bem na bôca do rio das Amazonas, defronte da mesma ilha do Sol, e é tão grande que encerra em si mais de vinte e nove nações, de línguas** tão diferentes como são a alemã e espanhola.

Nas palavras do Padre Vieira ressoa o interesse que, na Europa, existia à volta da variedade de línguas reveladas, desde o século XVI, graças às navegações e aos contactos com povos de outros continentes. Embora a "multiplicidade de idiomas" (Verdelho, 2008, p. 12) estivesse já associada à Babel bíblica, a verdade é que essa consciência adquire contornos completamente distintos a partir de Quinhentos, na medida em que os europeus vão experienciar não só a diversidade de línguas mas também as grandes diferenças entre famílias linguísticas.

No tocante ao ensino de línguas no Brasil, verificava-se igualmente a aprendizagem de línguas indígenas por brancos, em especial os missionários (jesuítas e não só), para cuja aproximação aos gentios se tornava imprescindível conhecer e praticar as suas línguas, conforme assinalava José de Anchieta (14, 15) e o Padre Vieira (16).

(14) JOSÉ DE ANCHIETA. *INFORMAÇÃO DO BRASIL E DE SUAS…* (1584)
[…] indo àquela capitania no ano de 1553, levou por diante, ordenando que fosse confraria do Menino Jesus, juntando-lhe alguns dos môços órfãos que vieram de Portugal no tempo do Padre Domenico e alguns mestiços da terra, onde todos eram doutrinados: **e os de Portugal aprendiam a língua da terra**.

(15) JOSÉ DE ANCHIETA. *INFORMAÇÃO DO BRASIL E DE SUAS…* (1584)
Aqui fizeram os moradores uma casa à Companhia, que foi a segunda que houve no Brasil. Aqui se receberam logo à Companhia o irmão Pedro Corrêa e o irmão Manuel de Chaves, **homens antigos na terra e língua**, e com ajuda dêles **se começou a ensinar a doutrina na língua do Brasil aos mamelucos e mamelucas, filhos dos portuguêses e aos escravos da terra, que havia muitos, com que começou de haver alguma luz no Brasil pelas muitas pregações que o irmão Corrêa lhes fazia em sua língua**.

(16) ANTÓNIO VIEIRA. *CARTA LXV - AO PADRE PROVINCIAL DO…*(1654)

[…] entre todos os padres de Santo António, não havia um que soubesse a **lingua da terra, com que vinha totalmente a ser inutil a sua jornada**; que **depois que aprendessem a lingua então poderiam fazer muitas entradas**, e empregar seu zelo nesses sertões[9] […].

O trecho (16) traduz que o desconhecimento das línguas nativas era um sério óbice ao eficaz exercício da missão, o que explica por que abundam no *corpus* os episódios de incursões e contactos desastrosos ou por ignorância da língua nativa de certas tribos ou por falta de um "nativo" que fizesse de intérprete. Mas a riqueza do *corpus* não se reduz às referências aos povos e línguas do Brasil pois existem igualmente muitas referências a África e aos escravos levados pelos portugueses. Com efeito, no *corpus* do *Dicionário Histórico do Português do Brasil* existem muitos abundantes acerca dos escravos africanos, cujas línguas – o quimbundo, em especial (Bonvini, 2013) –, importava conhecer para facilitar, em contexto brasileiro, não só o trato com esses indivíduos como também a sua conversão. Entre os vários redatores de documentos que se referem à "língua de Angola" no Brasil, conta-se, por um lado, o Padre Fernão Cardim, em 1583 (16), e por outro, o Padre António Vieira, em documento de 1626 (17).

(17) PADRE FERNÃO CARDIM (1980) [1583], III - INFORMAÇÃO DA MISSÃO DO P. CHRISTOVÃO GOUVÊA ÁS PARTES DO BRASIL - ANNO DE 83, - OU NARRATIVA EPISTOLAR DE UMA VIAGEM E MISSÃO JESUÍTICA

Ao dia seguinte se festejou dentro de casa, como cá é costume, o martyrio do Padre Ignacio d'Azevedo e seus companheiros com uma oração em verso no refeitorio, **outra em lingua d'Angola, que fez um irmão de 14 annos com tanta graça que a todos nos alegrou, e tornando-a em portuguez com tanta devoção que não havia quem se tivesse com lagrimas**.

(18) ANTÓNIO VIEIRA. *ÂNUA DA PROVÍNCIA DO BRASIL…* (1626)

[…] **natural de Angola,** a quem na primavera de seus anos, que não eram mais que dezanove, e dois e meio de Companhia, cortou o fio a morte, com universal sentimento do Colégio e de todos, por se murcharem tão em breve as flores, de que ao diante se esperava copioso fruto**, porque era excelente na língua latina e na de Angola, tão necessária como proveitosa nestas partes.**

[9] Sertão é palavra que se regista pelo menos desde o século XV para designar uma "região agreste, afastada dos núcleos urbanos e das terras cultivadas terreno coberto de mato, afastado do litoral" (Houaiss, 2001).

Os números falam por si. No *corpus* do DHPB, registam-se mais de 400 ocorrências da unidade "Angola", seja como topónimo, seja como gentilício (angola), número revelador da importância dos escravos na vida da colónia[10] e, por conseguinte, do lugar que assumem na documentação portuguesa dos séculos XVI, XVII e XVIII.

Por outro lado, é de salientar que o interesse do olhar europeu pela diversidade linguística do Brasil se manifesta relativamente a variadíssimos aspetos, recaindo quer nos rasgos das línguas indígenas (19), como faz o P. Bettendorf ao salientar a existência de muitas "línguas travadas", quer no estabelecimento de equivalências entre o português e a língua indígena (próximo de um exercício de lexicografia bilingue). É que o ilustram os excertos (20) e (21), ambos extraídos de um documento de Caetano da Costa Matoso. O exemplo 20 apresenta ainda a particularidade de oferecer informação acerca do modo como as populações indígenas se relacionavam umas com as outras. De acordo com a avaliação de Costa Matoso, aos reinóis[11], isto é, aos brancos que viviam no Brasil mas haviam nascido no reino (Portugal), chamavam os "paulistas" – nascidos já na região de São Paulo – "emboabas", denominação pejorativa que ridicularizava o traje dos portugueses. Segundo Houaiss (2001), "emboaba", palavra cuja origem é controversa pois não a origem tupi não é consensual, era, "na época da colonização, qualificativo ou alcunha dada pelos paulistas, que descobriram e ocuparam as minas de ouro da região das Gerais, aos brasileiros das capitanias do Rio, Bahia, Pernambuco etc. e aos portugueses, que chegavam atraídos pelo ouro".

(19) PADRE. JOÃO FELIPPE BETENDORF… *CAPITULO 3 - RELATA--SE O PRINCIPIO…* (1699)

Estão entre a fortaleza do Ceara e a cidade do Maranhão umas serranias mui altas e compridas, chamadas commummente as serras da Ibiapaba. em as quaes estão muitas **nações de lingua travada**, e **entre ellas uma de língua geral por nome os Tabajaras, indios de Ibiapaba** […].

[10] Sobre a influência africana no Português do Brasil, veja-se o volume organizado por Fiorin e Petter (2013).

[11] No *corpus* do DHPB, o adjetivo singular "reinol" 'relativo ou próprio do reino; reinícola' ou 'indivíduo natural do reino' (Houaiss, 2001) tem 13 ocorrências, sendo a mais antiga de 1584, do Padre Fernão Cardim); o plural, por sua vez, regista 40, a primeira das quais igualmente em texto do Padre Cardim (1585): "Sobretudo tem este Brasil huma grande commodidade para os homens viverem que não se dão nella per sobejos, nem piolhos, e pulgas ha poucas, porem, entre os Indios, e negros da Guiné achão piolhos; porém, não faltão baratas, traças, vesperas, moscas, e mosquitos de tantas castas, e tão crueis, e peçonhentos, que mordendo em huma pessoa fica a mão inchada por tres ou quatro dias maximé aos **Reinóes**, que trazem o sangue fresco, e mimoso do pão e vinho, e mantimentos de Portugal".

(20) CAETANO DA COSTA MATOSO…*4 [RELAÇÃO DE UM MORADOR DE…* (1749)

E voltando dom Fernando as costas com toda a sua comitiva, **os reinóis, chamados pelos paulistas *emboabas* por desprezo, que na sua língua quer dizer galinhas *calçudas, o que imitavam pelos *calções que usavam de rolos,** seguiram-nos em distância que não fossem vistos.

(21) CAETANO DA COSTA MATOSO…*NOTÍCIAS DO QUE OUVI* … (1749)

Não levados os paulistas desta oferta, nunca deixaram de os prender, e logo para o Rio das Mortes foi **uma bandeira com seu capitão chamado Jaguara**[12]**, que na língua dos *carijós é cachorro**.

Tal como no trecho (21), também no (22) se tem exemplo da tradução para português do significado da palavra indígena.

(22) D. ANTONIO ROLIM. *XX - CARTOGRAFIA DAS MONÇÕES DOS…* (1751)

A sua água é turva e mal cheirosa, e nos viandantes costuma causar sezões malígnas. Há nele um célebre passo, **que chamam Jopiá, quer dizer covo na língua da terra**, o qual é um redemoinho que a água faz nesta figura, bastante largo e fundo […].

Ora, segundo Houaiss (2001), "jupiá", com origem tupi e significado idêntico ao apontado por D. António Rolim, é palavra usada na Amazónia e no Mato Grosso, recebendo por isso marcação dialetal (regionalismo).

Noutros casos, o redator procurou encontrar em português expressões correspondentes à realidade existente no Brasil:

(23) PADRE JOÃO DANIEL. *PARTE QUARTA - DO TESOURO…* (1757)

[…] e finalmente com todas as providencias, que julgavam necessárias regiam as suas missões ajudados com ofícios públicos, que faziam com patentes dos generais, e por meio de alguns meirinhos, a que **pela sua língua** chamam Ibiraricoaras, **que equivalem ou a meirinhos de justiça, ou a sargentos da guarda** […].

Durante os séculos XVI, XVII e a primeira metade do século XVIII, as línguas indígenas foram postas ao serviço da evangelização, motivo por que aprender o tupi ou a chamada "língua geral" era um requisito para interagir com os nativos nas aldeias. No entanto, esta política de relativa tolerância em relação às línguas

[12] De acordo com a informação etimológica oferecida por Houaiss (2001), baseado em Luiz Caldas Tibiriçá, "jaguara" é "nome tupi para designar a onça-pintada, vocábulo que se estendeu depois aos cães".

indígenas, por parte dos missionários, sofreu um importante abalo quando, a meados do século XVIII, chega ao Brasil Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1701-1769), governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1759), irmão de Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), conde de Oeiras e futuro Marquês de Pombal. À presença de Mendonça Furtado no Brasil dever-se-ão as novas diretrizes régias para a "civilização dos índios" e para a organização, entre outros aspetos, do comércio e da exploração dos recursos existentes no território. Redigido em 1755 mas publicado apenas em 1758, isto é, um ano antes da expulsão dos Jesuítas do Grão-Pará, o documento conhecido como *Directorio dos Índios*, desarticulou a política anterior, promovendo, como é bem sabido, a "civilização" dos indígenas, criando condições para a imposição da língua portuguesa e a consequente desvalorização e recuo das línguas indígenas[13].

Entre os textos incluídos no *Banco de Textos* do DHPB incluem-se precisamente as cartas escritas por Mendonça Furtado ao Primeiro Ministro, seu irmão, e nas quais o governador do Grão-Pará e Maranhão critica severamente o "sistema" de governação, a atuação dos agentes no terreno – em particular os inacianos – junto dos gentios e o detrimento em que se encontrava a língua portuguesa. É certo que em 1727, em carta ao governador do norte do Brasil, D. João V já proibira a língua geral e mandara que os indígenas fossem instruídos em língua portuguesa, sem que tais disposições régias tivessem efeitos na região; e também é certo que, em 1750, a linha oeste do Tratado de Tordesilhas reconhecera como portugueses os territórios do Pará e Amazonas, o que requeria maior presença portuguesa para efetivar a posse dessas terras. Contudo, no terreno, a situação era outra. Por isso, na primeira carta, datada de 21 de Novembro de 1751, Mendonça Furtado prenuncia as linhas de pensamento e de ação – despotismo e centralismo – que, pouco depois, viriam a ser adotadas para o Brasil. Em matéria de língua, na referida carta estão já reunidas as principais diretrizes de uma "política linguística" para este território, consoante indicam as muitas expressões depreciativas associadas à "língua geral", de base tupi, e a crítica aos Jesuítas, seus propagadores junto das populações indígenas.

[13] Neste capítulo, dispunha o *Directorio* (1758, pp. 3-4) o seguinte: "Observando pois todas as Naçoens polidas do Mundo este prudente, e sólido systema [i.e. ensinar a sua língua aos povos conquistados], nesta Conquista se praticou tanto pelo contrário, que só cuidáraõ os primeiros conquistadores estabelecer nella o uso da Lingua, que chamaraõ geral; invenção verdadeiramente abominável, e a diabólica, para que privados os Indios de todos aquelles meios, que os podiaõ civilizar, permanecessem na rustica, e barbara sujeição, em que até agora se conserváraõ. Para desterrar este perniciosissimo abuso, será hum dos principais cuidados dos Directores, estabelecer nas suas respectivas Povoaçoens o uso da Lingua Portugueza, não consentindo por modo algum, que os Meninos, e Meninas, que pertecencerem ás Escólas, e todos aquelles Indios, que forem capazes de instrucçaõ nesta materia, usem da Lingua própria das suas Naçoens, ou da chamada geral; mas unicamente da Portugueza, na forma, que Sua Magestade tem recõmendado em repetidas ordens, que até agora se naõ observáraõ com total ruina Espiritual, e Temporal do Estado".

De facto, em seis passos dessa carta o irmão de Sebastião José refere-se a uma "gíria" – a "língua geral" –, atribuindo ao uso desta os problemas da intercomunicação com os indígenas e propondo a sua substituição pela língua portuguesa, pouco ou nada conhecida das populações das aldeias. Veja-se o exemplo seguinte (21):

(24) FRANCISCO XAVIER DE… *1.ª CARTA - DE FRANCISCO XAVIER DE MENDONÇA FURTADO PARA O IRMÃO SEBASTIÃO DE CARVALHO E MELO…* (1751)

Não se tem convertido os gentios como digo, porque indo-se buscar ao mato são trazidos às aldeias; nelas lhes ensinam **uma gíria a que chamam língua geral**, que só o é nas aldeias […].

Importa salientar que, surgida no século XVII, a chamada "língua geral" era uma espécie de "pidgin ou koiné simplificada de origem tupi" (Naro & Scherre, 1993, p. 438, *apud*, Noll, 2008, p. 107) que terá sido usada em territórios fora do litoral e, em particular, no Norte do Brasil.

Em todas as ocorrências a palavra gíria assume um evidente valor depreciativo, reforçado pela ideia de que a propagação dessa língua prejudicava a expansão do português entre as populações locais, conforme se observa nos exemplos a seguir (25, 26).

(25) FRANCISCO XAVIER DE… *1.ª CARTA - DE F.X.M.F.* (1751)

Vendo-se êstes moradores na consternação de não se poderem comunicar com os índios, se viram na precisão de aprender também a **gíria** que lhes inventaram para se poderem servir dêles, e isto que então foi necessidade passou a hábito, **e ao excesso de serem hoje mui poucas as pessoas que nesta cidade falam português, principalmente mulheres**, que até não é possível, conforme me têm dito os mesmos padres, que se confessem senão na **língua geral**, como êles lhe chamam.

(26) FRANCISCO XAVIER DE MENDONÇA FURTADO (1963) [**1751**], *1.ª CARTA - DE F.X.M.F. PARA O IRMÃO SEBASTIÃO JOSÉ DE CARVALHO E MELO, NA QUAL TRATA DOS LIMITES E DA EXTENSÃO DO ESTADO DO GRÃO PARÁ E MARANHÃO* […].

Por seguirem a obstinação de fazerem aprender aos índios a dita gíria, até têm chegado ao precipício de, ao menos aparentemente, admitirem a pluralidade dos deuses pela falta que nela há de vocábulos. Para V. Exa. poder compreender bem êste absurdo, que na verdade se faz incrível, é preciso saber que a palavra Tupana na tal **gíria** é Deus.

Os dados do DHPB corroboram que, na década de 50 do século XVIII, a língua portuguesa passa a fazer parte de um programa de civilização dos

indígenas brasileiros, consoante permite concluir um testemunho do Pe. João Daniel (1757), um ano antes de ser publicado o *Directorio dos Indios*[14].

(27) PADRE JOÃO DANIEL. *PARTE QUINTA - EM QUE MOSTRA UM…* (1757)

[…] no trato, não há melhor nem mais pró [roto o manuscrito] do meio para os civilizar, e fazer gente, do que o facilitar-lhes a comonicação dos brancos, e europeos, e a política das nações cultas; para haver este trato, e comonicação, **devem entenderem uns com os outros, pelo meio das línguas, e idiomas; logo a língua portuguesa é o melhor meio de conseguir este fim.** Provo a consequência, Sendo tantas, e tão diversas as nações, e linguagens do Amazonas é impracticável aos europeos o poder aprendê-las todas para as perceber, e practicar […].

2. Nota final

Centrados embora em tópicos como a variação, a diversidade e o contacto interlinguístico, os exemplos arrolados ao longo deste trabalho não deixam de exprimir cabalmente o valor documental e linguístico do *corpus* criado para servir de base ao *Dicionário Histórico do Português do Brasil (séculos XVI, XVII e XVIII)*. No entanto, constituem apenas uma pequena amostra da extraordinária riqueza do Banco textual em apreço.

Pretendeu-se dar a conhecer um *corpus* que, além de contribuir significativamente para a história do léxico português e brasileiro, irá colmatar lacunas de *corpora* já existentes. Por outro lado, também não será despiciendo o facto de este *corpus* estabelecer um recorte de três séculos de língua portuguesa no Brasil, captando, no tocante ao vocabulário (mas não só), quer a herança portuguesa, quer a deriva brasileira. Graças a ele será seguramente possível investigar aspetos como a evolução semântica do léxico português em terras de Vera Cruz, as novas aceções, a emergência de terminologias locais, a distribuição diatópica do vocabulário, a influência do elemento indígena e do elemento africano, bem com o surgimento de expressões e fraseologismos usados no Brasil. Por tudo isto, é legítimo afirmar-se que o *corpus* do DHPB é de suma importância para a história do léxico português e brasileiro.

[14] O título completo do documento era "Directorio, que se deve observar nas povoaçoens dos indios do Pará, e Maranhaõ, Em quanto sua Magestade naõ mandar o contrario".

Referências bibliográficas

Bonvini, E. (2013). Os vocábulos de origem africana na constituição do português falado no Brasil. In J. L. Fiorin, & M. Petter (2013), *África no Brasil: a formação da língua português* (pp. 101-144). São Paulo: Editorial Contexto.

Constâncio, F. S. ([1]1836[[2]1844]). *Novo Diccionario Critico e Etymologico da Lingua Portugueza* (2.ª ed.). Paris: Angelo Francisco Carneiro, Editor Proprietario.

Cunha, A. G. da (1994). *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa* (2.ª ed.). Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.

Directorio, que se deve observar nas povoaçoens dos indios do Pará, e Maranhaõ, Em quanto sua Magestade naõ mandar o contrario (1758). Lisboa: Na Officina de Miguel Rodrigues.

Figueiredo, A. C. de (1899). *Nôvo Diccionário da Língua Portuguêsa,* 2 vols. Lisboa: Tavares Cardoso & Irmão.

Fiorin, J. L. & Petter, M. (2013). *África no Brasil: a formação da língua portuguesa.* São Paulo: Editorial Contexto.

Gonçalves, M. F. (1996). Antigas ortografias e paralexicografia no século XVIII. *Alfa – Revista de Linguística*, 40, 103-117.

Gonçalves, M. F. (2003). As «Reflexões sobre a Lingua Portugueza» (1773/1842) no contexto das ideias linguísticas do século XVIII. In F. Sánchez Miret (Ed.), *Actas del XXIII Congreso Internacional de Lingüística y Filología Románica* (Salamanca, 24-30 Septiembre, 2001) (pp. 181-189). Tübingen: Max Niemeyer Verlag.

Gonçalves, M. F. (2012). A "botica da natureza" no Dicionário Histórico do Português do Brasil (Séculos XVI-XVIII): o «Erario Mineral» (1735), Fonte para a história do léxico brasileiro. In T. Lobo, Z. Carneiro, J. Soledade, A. Almeida & S. Ribeiro (Orgs.), *ROSAE - Linguística Histórica, História das Línguas e Outras Histórias* (pp. 908-923). Salvador da Bahia: EDUFBA.

Gonçalves, M. F. (2013). Aspectos do léxico português e brasileiro no século XVIII: "pesos e medidas" no «Erário Mineral» (1735), de Luís Gomes Ferreira. *Confluência - Revista do Instituto de Língua Portuguesa*, 43 (2.º semestre), 47-67. Disponível em: http://llp.bibliopolis.info/confluencia/pdf/651.pdf

Gonçalves, M. F. & Murakawa, C. A. A. (2009). Lexicografía implícita en textos del Padre jesuita Fernão Cardim. In O. Zwartjes et al. (Ed.), *Missionary Linguistics IV / Lingüística Misionera (Lexicography / Lexicografía). Studies in the History of Language Sciences*, 114 (pp. 233-248). Amsterdam / Philadelphia, John Benjamins.

Grenand, F. (1994-1995). Nommer la nature dans un contexte prélinnéen: les Européens face aux Tupi du XVIe siècle à la première moitié du XVIIe

siècle. In D. Troani et al. (Ed.), La «découverte» des langues et des écritures d'Amérique (Actes du Colloque International, Paris 7-11 septembre 1993), *Amerindia*, 19-20, 15-28.

Houaiss, A., Vilar, M. de S. & Franco, F. M. de Melo (2001). *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. 1.0. CDRom. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss.

Murakawa, C. A. A. & Gonçalves, M. F. (2015). The corpus of the *Dicionário Histórico do Português do Brasil* (DHPB). In J. P. Silvestre & A. Villalva (Eds.), *Planning non-existent dictionaries* (pp. 19-4). Centro de Linguística da Universidade de Lisboa/Universidade de Aveiro.

Murakawa, C. A. A. (2012). Trois siècles de mots du portugais du Brésil. *Cahiers de lexicologie*, 101(2), 73-91.

Murakawa, C. A. A. (2010). Dicionário histórico do português do Brasil: um modelo de dicionário histórico. *Filologia e Linguística Portuguesa*, 12(2). São Paulo, 329-349.

Petter, M. (2002). Termos de origem africana no léxico do português do Brasil. In J. H. Nunes & M. Petter (Org.), *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro* (pp. 123-145). São Paulo: Humanitas/FFLCH.

Petter, M. (2006). Línguas africanas no Brasil. In Cardozo S. A. M., Mota, J. & Silva, R. V. m. (Org.). *Quinhentos anos de história lingüística do Brasil* (pp. 117-142). Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia.

Porto Dapena, José-Álvaro (2002). *Manual de técnica lexicográfica*. Madrid: Arco/Libros.

Rosa, M. C. (2013). *Uma língua africana no Brasil colónia de Seiscentos. O quimbundo ou língua de Angola na Arte de Pedro Dias S. J.* Rio de Janeiro: 7Letras.

Verdelho, T. (1996). *As origens da gramaticografia e da lexicografia latino-portuguesas*. Aveiro: Instituto Nacional de Investigação Científica.

Verdelho, T. (2008). *O encontro do português com as línguas não europeias. Exposição de textos interlinguísticos*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal.